

Brasil mergulha fundo na crise, afirma revista

Ian Katz, John Kolodziejki
e Kelly Kandaele
Business Week

Na casa de pau-a-pique de um cômodo, onde mora numa favela do Recife, Expedita Monteiro mostra sua preocupação ao falar de seus temores em relação à crescente turbulência econômica do Brasil. Expedita ganha menos de US\$ 100 por mês trabalhando como doméstica para dois médicos da região, e complementa sua renda lavando roupa para fora. Com a economia desacelerando, os preços subindo, preocupava-se com a possibilidade de não ter dinheiro para comprar o arroz e o feijão para alimentar a si e a seus três filhos. "Sei o que pode acontecer porque me lembro do passado".

Desde os bairros pobres, até camelôs, e gigantes multinacionais, os brasileiros estão recolhidos, na expectativa do que pode ser o mais longo período econômico do Brasil desde a crise da dívida dos anos 80. Cinco anos depois de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter domado a hiperinflação com a introdução de uma nova moeda, o real, a grande experiência econômica do Brasil parece prestes a se desfazer.

Quase todos os indicadores econômicos do país estão se descontraindo. Com uma queda de 35% no real desde que Fernando Henrique permitiu a livre flutuação da moeda nos mercados de divisas estrangeiras em janeiro, a inflação está em alta acidentada. Para sustentar a moeda, o governo vem aumentando drásticamente as taxas de juros. Como resultado, o País já está mergulhando numa profunda recessão, prevendo-se que a economia se contraia de 3% a 6% neste ano. Os juros elevados significam que o Brasil corre inclusive o risco de atrasar o pagamento de sua dívida interna, cada vez maior, de US\$ 170 bilhões. E embora o Fundo Monetário Internacional tenha anunciado um empréstimo de US\$ 4,9 bilhões para 8 de março — a última parcela do pacote de US\$ 41,5 bilhões acertado em novembro passado — é improvável que os fundos revertam por muito tempo a desconfiança na economia e na moeda do Brasil.

Em jogo estão nada menos do que os ganhos conseguidos a duras penas pelo Brasil desde o início da abertura da sua economia, no começo da década de 90. O impulso antiinflacionário de Fernando Henrique abriu caminho para que cerca de 30 milhões de brasileiros empobrecidos economizassem parte de sua renda para comprar bens de consumo. A estabilidade econômica estimulou multinacionais, da General Motors Corp. à Wal-Mart Stores Inc., a investirem US\$ 53 bilhões no Brasil, de 1996 a 1998, garantindo-lhes uma imensa participação no sucesso do País. À medida que as barreiras comerciais vieram abaixadas, as empresas brasileiras, durante muito tempo protegidas, precisaram entrar em forma para competir com a avalanche de importações baratas. E Fernando Henrique promoveu com sucesso privatizações de empresas estatais, desde bancos até o sistema de telefonia.

Agora a inflação pode ameaçar levar o País de volta ao passado. Já em fevereiro, os preços dispararam 3,6% — uma taxa anualizada de 53%. Se Fernando Henrique não conseguir controlar os preços, o Brasil acabará "retrocedendo para um tipo muito diferente de modelo econômico", alerta Albert Fishlow, especialista em América Latina no Conselho de Relações Exteriores, em Nova York.

As taxas de inflação de 50% a 60% ou mais podem voltar a ser comuns. Isto incentivaria os trabalhadores a exigir a indexação salarial — dispositivo usado no começo da década de 90 para manter os salários brasileiros em dia com a inflação. Em um mundo de preços instáveis, as empresas locais podem se sentir tentadas a entrar em jogadas especulativas, no lugar de se concentrarem no aumento da competitividade. E a inflação destruiria as esperanças de milhões de brasileiros de mais baixa renda, de se tornarem consumidores de classe média.

A turbulência no Brasil já está arrastando a Argentina, que nos últimos anos exportou quase um terço de seus produtos para seu maior vizinho. A desvalorização do real acabou, da noite para o dia, com a competitividade das exportações argentinas. As exportações de automóveis despencaram mais de 20% em janeiro, quando alguns dos principais fabricantes, como a Ford, a Fiat e a Renault, anunciam demissões. Consequentemente, os economistas que há apenas seis meses esperavam um aumento de 5% no Produto Interno Bruto da Argentina em 1999, agora estimam que este terá uma contração de 2% a 3%.

Em grande parte por causa do Brasil, o J.P. Morgan prevê uma retração de 2,3% na economia da

Reportagem da Business Week usa indicadores que apontam para a deterioração do ambiente econômico no País, como crescimento da inflação e do desemprego e alta dos juros, além de levantar dúvidas sobre a capacidade de reação do governo

América Latina neste ano, em comparação com um crescimento de 2,3% no ano passado. A queda representa um golpe não apenas para as empresas locais, mas também para as norte-americanas e de outros países, que confiavam, até o segundo semestre de 1998, na expansão dos mercados da região. Além disso, se a instabilidade do Brasil sair do controle, obrigando o governo a deixar de honrar o pagamento das dívidas interna e externa, bancos estrangeiros ativos no País — como o Citigroup — serão afetados.

Com certeza, a volatilidade financeira pressionará também o Mercosul, bloco de comércio regional liderado pela Argentina e pelo Brasil. Apesar da enxurrada de importações baratas que invade a Argentina, Buenos Aires se empenha em manter as rotas comerciais abertas. Mas os analistas argentinos acreditam que o bloco não conseguirá suportar outras grandes variações cambiais, como a desvalorização de 35% do real. "Se as moedas sofrerem alterações abruptas de mais de 10%, o Mercosul não funcionará", afirma o economista Carlos Rivas, de Buenos Aires. As tensões comerciais também enfraquecem o poder de influência do Mercosul nas conversações já planejadas com os EUA sobre um pacto comercial panamericano.

Fernando Henrique e o presidente do Banco Central brasileiro, Arminio Fraga, empenham-se para impedir uma reviravolta econômica tão profunda. O governo afirma que não pretende deixar de pagar suas dívidas. Arminio Fraga e Fernando Henrique também apostam que a fraca demanda interna dissuadirá as empresas brasileiras de elevarem os preços. Ao assumir o cargo no dia 4 de março, Arminio Fraga aumentou as taxas de juros de curto prazo em seis pontos, para 45%, medida destinada a combater a inflação. O real se fortaleceu em 4% no dia seguinte. Mas cada ponto percentual acrescentado às taxas eleva o custo de pagamento do serviço da dívida geral do governo em US\$ 2 bilhões por ano. Cercas de US\$ 31 bilhões, da dívida interna, têm vencimento em março e abril.

As empresas e o povo brasileiro sentem cada vez mais os efeitos negativos da crise. Em São Paulo, do lado de fora da sede da Força Sín-

dical, entidade de trabalhadores, a fila de desempregados em busca de uma nova colocação no mercado se estende por três quartéis. O desemprego no Brasil está em 8% — uma alta recorde dos últimos 15 anos — e em São Paulo disparou para perto de 20%.

E por isso que o dilema econômico do Brasil é o mais sério teste, por enquanto, para o novo mandato de Fernando Henrique Cardoso. O melhor que ele pode esperar é uma breve — embora profunda — recessão. Se Fernando Henrique Cardoso adotar todas as medidas adequadas nos próximos meses, dizem os economistas, o

Brasil poderá sair de sua crise da mesma forma com que o México emergiu dos efeitos da desvalorização do peso, em 1994. No final deste ano, de acordo com esse cenário otimista, o Brasil poderá sair da recessão para um crescimento renovado, com o real estabilizado.

Mas, para isso, Fernando Henrique tem de tomar difíceis decisões agora, e os mercados precisam apoiá-lo em cada passo. Ele tem de convencer o indisciplinado Congresso e os 27 Estados brasileiros, muitos dos quais são governados

por opositores políticos, de que são necessárias rígidas medidas de austeridade para impedir que uma profunda recessão se transforme no caos econômico. Ao mesmo tempo, Fernando Henrique precisa convencer os Estados a desembolsar os US\$ 50 bilhões que devem ao governo federal.

Apesar da oposição dos trabalhadores e dos dirigentes empresariais brasileiros, Fernando Henrique está cumprindo à risca as ordens do FMI, aplicando com convicção sua receita de elevação das taxas de juros e redução do orçamento. O Congresso já aprovou fundamentais aumentos de

impostos, e Fernando Henrique anunciou recentemente mais US\$ 1,8 bilhão em reduções de gastos e elevações de impostos.

Muitos acreditam que Fernando Henrique terá esforçar-se bem mais para reestabelecer a credibilidade do combalido real. Ele terá de enfrentar a oposição, para conseguir a aprovação de uma drástica reforma fiscal, que possa reduzir a complexa teia brasileira de tributos, e introduzir finalmente um sistema privado de pensões. O País também precisará vender importantes participações

em empresas ainda controladas pelo Estado, como a Petrobras ou o Banco do Brasil.

Numerosos líderes empresariais criticam Fernando Henrique por não ter adotado medidas radicais para resolver os problemas econômicos mais profundos do País, há um ano, antes que a turbulência russa contagiisse o Brasil. Na época, o País tinha US\$ 75 bilhões em reservas, e um recorde de US\$ 26 bilhões em investimentos externos que havia entrado no País em 1998. Mas Fernando Henrique voltou suas preocupações para a reeleição. "O Brasil perdeu a oportunidade de avançar, e está pagando o preço", diz Hermann H. Wever, presidente da divisão brasileira da alemã Siemens.

Agora, diante da permanente incerteza com o real, as empresas estão protegendo suas apostas. Decidiram adiar decisões fundamentais, até se certificarem da estabilização do real. Ernesto Teixeira Weber, principal executivo da indústria de produtos petroquímicos Polibrasil, que exporta cerca de 15% de seus US\$ 400 milhões em vendas anuais de polipropileno, calcula que a moeda continuará volátil até abril, pelo menos. Em vista disso, ele não estabeleceu metas de exportação e produção até lá. "Estamos no olho de um furacão, esperando que ele passe", diz ele em seu gabinete na fábrica da Polibrasil, 35 quilômetros a sudeste de São Paulo.

Outros executivos estão abertamente preocupados com a inflação descontrolada — ou estão elevando significativamente os preços, por iniciativa própria. A Sadia Concórdia, a maior produtora brasileira de alimentos processados, diz que elevará os preços em até 18% devido à alta do custo das matérias-primas importadas. As empresas aéreas brasileiras, entre as quais a Varig, pretendem elevar as tarifas em 20% ou mais. A operadora de telefonia celular de São Paulo, BCP, um consórcio encabeçado pela Bell South Corp., acredita que ainda pode crescer em meio a uma recessão devido à demanda reprimida por linhas telefônicas. Mas o maior temor da empresa ainda é de um surto de elevação de preços, que reduziria a demanda, por parte dos novos clientes.

"Poderíamos administrar uma pequena inflação, mas uma hiperinflação será bastante ruim", diz Roberto Aumentar as exportações é a única esperança para empresas com produtos competitivos, que atualmente sofrem com a queda das vendas no Brasil. Até que o real passasse a flutuar livremente em janeiro, os líderes empresariais de São Paulo queixavam-se de que a moeda estava excessivamente valorizada, colando seus produtos em desvantagem perante artigos mais baratos tanto no mercado interno quanto no externo. Graças à desvalorização, "temos a sensação de estarmos livres", afirma Wever, da Siemens. Sua empresa reduziu os preços para os EUA em 8% em uma tentativa de aumentar as exportações de transformadores elétricos de força.

Ao mesmo tempo em que se espera que outras empresas sigam o exemplo da Siemens, as exportações brasileiras devem aumentar cerca de 7% este ano, segundo as estimativas, para US\$ 55 bilhões, enquanto as importações podem despencar até 22%, para US\$ 45 bilhões. O superávit comercial raramente é um exemplo de boas perspectivas econômicas para o Brasil. No ano passado, o País apresentou um déficit comercial estimado em US\$ 6,5 bilhões. Mas o superávit seria ainda maior se Fernando Henrique Cardoso conseguisse recuperar a credibilidade dos bancos comerciais e de outras instituições, que em sua maioria reduziram o fluxo de financiamento ao comércio exterior desde o final do ano passado.

Seja qual for a jogada de Fernando Henrique Cardoso nas próximas semanas, os grandes perdedores serão os milhões de brasileiros comuns. Muitos deles sentirão a pressão tanto da alta dos preços quanto do desemprego. Como Expedita Monteiro e sua família, eles apenas assistem a tudo e aguardam para ver se o presidente Fernando Henrique Cardoso poderá conduzir o Brasil através da tormenta.

Fragilidades

O texto

1. "Para escorrer a moeda, o governo vem aumentando acentuadamente as taxas de juros. Como resultado, o País já está mergulhando numa recessão profunda, com a economia prevista para encolher de 3% a 6% neste ano"
2. "Agora a inflação ameaça levar o País de volta ao passado. Já em fevereiro, os preços dispararam 3,6% — uma taxa anualizada de 53%"
3. "As taxas de inflação de 50% a 60% ou mais podem voltar a ser regra. Isto incentivaría os trabalhadores a exigir a indexação salarial-dispositivo usado no começo da década de 90 para manter os salários brasileiros em dia com a inflação"
4. "O desemprego no Brasil está em 8% — uma alta recorde dos últimos 15 anos — e em São Paulo disparou para perto de 20%"

O contexto

1. A queda do PIB, segundo as previsões correntes dentro e fora do governo, deve ficar em 3,5%
2. O cálculo é tecnicamente correto. Mas a inflação dos primeiros meses da crise não deve se repetir. A previsão tanto do mercado como do acordo com o FMI é de 17% de inflação para o ano
3. A indexação de salários (e de toda a economia) ganhou força nos anos 80
4. Segundo o IBGE, o desemprego no Brasil foi de 7,73% em janeiro (último dado disponível). Por esse mesmo indicador, o desemprego em São Paulo é de 9,18% da População Economicamente Ativa